PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro-Ministro

Despacho n.º 7696/2005 (2.ª série). — 1 — É criada a Comissão para a Análise da Situação Orçamental, com os seguintes termos de referência:

- Elaborar uma estimativa do défice orçamental previsível para 2005, tendo em conta o Orçamento em vigor e considerando as reais perspectivas de evolução dos respectivos pressupostos económicos;
- Ter em conta, nessa estimativa, a situação de entidades que devem consolidar com o sector público administrativo, como as Estradas de Portugal, E. P. E.;
- Apurar os montantes relativos a eventuais compromissos financeiros que transitam do passado que devam ser assumidos directamente na dívida pública;
- Identificar os efeitos orçamentais das medidas relativas a receitas extraordinárias decididas em anos anteriores.

2 — A Comissão é presidida pelo Governador do Banco de Portugal e integrará os seguintes técnicos do Banco de Portugal e do Instituto Nacional de Estatística:

- Dr. João Cadete de Matos;
- Dr. Jorge Correia da Cunha;
- Dr. Daniel Santos;
- Dr.ª Cláudia Rodrigues Braz;
- Dr. Paulo Manuel Esteves.

3 — O Ministro de Estado e das Finanças designará um seu representante, que assegurará a articulação entre o Ministério e a Comissão.

4 — Os órgãos e serviços das administrações públicas têm o dever de colocação com a Comissão, designadamente prestando todas as informações que lhes forem solicitadas.

5 — A Comissão deverá terminar os seus trabalhos no prazo de seis semanas.

1 de Abril de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 7697/2005 (2.ª série). — Por despacho do secretário-geral da Presidência do Conselho de Ministros de 25 de Fevereiro de 2005, com anuência de 7 de Março de 2005 do presidente do Tribunal da Relação de Lisboa:

Rosa Maria Gomes Lourenço, escritvã-adjunta do quadro de pessoal do Tribunal da Relação de Lisboa — requisitada ao abrigo do disposto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, para exercer funções do âmbito da carreira técnica superior na Direcção de Serviços de Legislação e Documentação desta Secretaria-Geral, com efeitos a partir de 1 de Abril de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Março de 2004. — O Secretário-Geral, *José M. Sousa Rego*.

Despacho (extracto) n.º 7698/2005 (2.ª série). — Por despacho do Secretário-Geral da Presidência do Conselho de Ministros de 25 de Fevereiro de 2005, com anuência na mesma data do director-geral da Administração da Justiça:

Maria João Garcia Lucas Pinto da Silva, oficial de justiça do quadro de pessoal do Tribunal Central Administrativo — requisitada ao abrigo do disposto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, para exercer funções do âmbito da carreira técnica superior na Direcção de Serviços de Legislação e Documentação desta Secretaria-Geral, com efeitos a partir de 1 de Abril de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Março de 2004. — O Secretário-Geral, *José M. Sousa Rego*.

Gabinete de Serviço Cívico dos Objectores de Consciência

Aviso n.º 3804/2005 (2.ª série). — Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, informam-se

todos os interessados que a lista de antiguidade se encontra afixada para consulta.

22 de Março de 2005. — A Directora, em regime de gestão corrente, *Maria Eduarda Pinto*.

Instituto da Comunicação Social, I. P.

Despacho n.º 7699/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º a 40.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, e nos n.ºs 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e 8 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 34/97, de 31 de Janeiro, bem como ao abrigo da delegação de competências em mim efectuada pelo conselho administrativo e da alínea a) dos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 17.º e do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, delego e subdelego no vice-presidente João Paulo Viana Palha da Silva os poderes necessários para:

- Praticar os actos compreendidos nas competências do conselho administrativo previstas no n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 34/97, de 31 de Janeiro;
- Praticar os actos relativos à gestão e à coordenação dos assuntos do âmbito das competências do Departamento de Gestão de Recursos e os relativos à gestão e à coordenação do Departamento de Meios de Comunicação Social, no respeitante às Divisões de Fiscalização e de Registos;
- Elaborar e executar o plano de gestão provisional de pessoal, bem como o correspondente plano de formação, e afectar o pessoal aos diversos departamentos dos serviços ou organismos em função dos objectivos e prioridades fixados nos respectivos planos de actividade;
- Autorizar a abertura de concursos e praticar todos os actos subsequentes, nomear, promover e exonerar o pessoal do quadro, determinar a conversão da nomeação provisória em definitiva enquanto o funcionário não a adquirir noutra cargo que exerça em regime precário, bem como autorizar destacamentos, requisições, transferências, permutas e comissões de serviço;
- Celebrar, prorrogar, renovar e rescindir contratos de pessoal, praticando os actos resultantes da caducidade ou revogação dos mesmos;
- Autorizar o exercício de funções a tempo parcial e a prestação de horas extraordinárias, incluindo as praticadas nas circunstâncias excepcionais a que se refere a alínea d) do n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto, bem como adoptar os horários de trabalho mais adequados ao funcionamento do serviço, observados os condicionalismos legais;
- Emposar o pessoal e autorizar os funcionários e agentes a tomarem posse em local diferente daquele em que foram colocados, prorrogar o respectivo prazo, solicitar que aquela seja conferida pela autoridade administrativa ou por agente diplomático ou consular e conceder aos funcionários e agentes de serviços externos o direito ao vencimento a partir da data da posse, independentemente da entrada em exercício nas novas funções;
- Justificar ou injustificar faltas e conceder as licenças previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 73.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;
- Autorizar o gozo e a acumulação de férias e aprovar o respectivo plano anual;
- Autorizar o abono do vencimento de exercício perdido por motivo de doença, bem como o exercício de funções em situação que dê lugar à reversão do vencimento de exercício, e o respectivo processamento;
- Autorizar a atribuição dos abonos e regalias a que os funcionários e agentes tenham direito nos termos da lei;
- Autorizar a inscrição e participação dos funcionários em estágios, congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes que decorram em território nacional;
- Praticar todos os actos relativos à aposentação dos funcionários e agentes, salvo no caso de aposentação compulsiva, e, em geral, todos os actos respeitantes ao registo de segurança social da função pública, incluindo os referentes a acidentes em serviço;
- Celebrar contratos com entidades nacionais ou estrangeiras, desde que constem de programas de actividades previamente aprovados pelo membro do Governo competente, com vista à realização de estudos, inquéritos e outros trabalhos de carácter técnico eventual relacionados com as atribuições dos serviços e que não possam ser assegurados pelo respectivo pessoal;